



XXXI Congresso de
Iniciação Científica
----- Unicamp

2023



Educação e MST: análise sobre a situação escolar das crianças do *Acampamento Marielle Vive!* durante a pandemia de Covid-19

Fabiana de Cássia Rodrigues; Júlia Pacheco e Zan
Faculdade de Educação - UNICAMP

Palavras-chave: Educação. MST. Pandemia. Covid-19.

O trabalho em questão tem por objetivo discutir a maneira como se deu o atendimento escolar às crianças do *Acampamento Marielle Vive!*, entre março de 2020 e julho de 2021, mostrando as dificuldades agravadas pelo contexto da pandemia, entre elas: os empecilhos estruturais para realizar as atividades escolares, causados pela falta de assistência por parte do Estado; a ausência de correções e acompanhamento das atividades escolares por parte dos professores; e a situação econômico-social das famílias, prejudicada pelo aumento do desemprego no país. Foi delimitada a faixa etária dos anos iniciais do Ensino Fundamental (6 a 10 anos), período de alfabetização, que demanda maior preocupação, uma vez que ocupa um importante espaço no processo de aprendizagem dos alunos, podendo causar grande impacto no futuro. Dentre os objetivos específicos estão:

- a) Desenvolver um levantamento de informações sobre as crianças do acampamento (idade, série, escolaridade das famílias e atividades escolares durante a pandemia) para compreender quais têm sido as dificuldades enfrentadas por elas durante o período de isolamento social. Investigar como essas crianças vivenciaram o período da pandemia, qual foi o atendimento educacional e qual assistência social tiveram;
- b) Buscar compreender de que maneira o fato do acampamento ser parte de uma organização política como o MST impactou nas decisões internas sobre

a educação das crianças e nas condições básicas da comunidade durante a pandemia;

- c) Realizar um levantamento acerca das decisões e procedimentos adotados nas escolas pela gestão da educação no município de Valinhos, durante o período enfocado na pesquisa.

Esta pesquisa foi inspirada no trabalho realizado por uma equipe composta por professores e discentes da UNICAMP e USP de Ribeirão Preto, que busca realizar uma investigação das políticas públicas voltadas à educação do município de Valinhos em relação ao *Acampamento Marielle Vive!*, que por sua vez, durante esses quatro anos desde a sua fundação, enfrenta a falta de assistência e a negação de direitos básicos por parte do Estado. Portanto, o presente trabalho faz parte de um esforço coletivo de pesquisa e extensão, tendo como recorte específico as políticas educacionais e a situação das crianças do acampamento durante a pandemia.

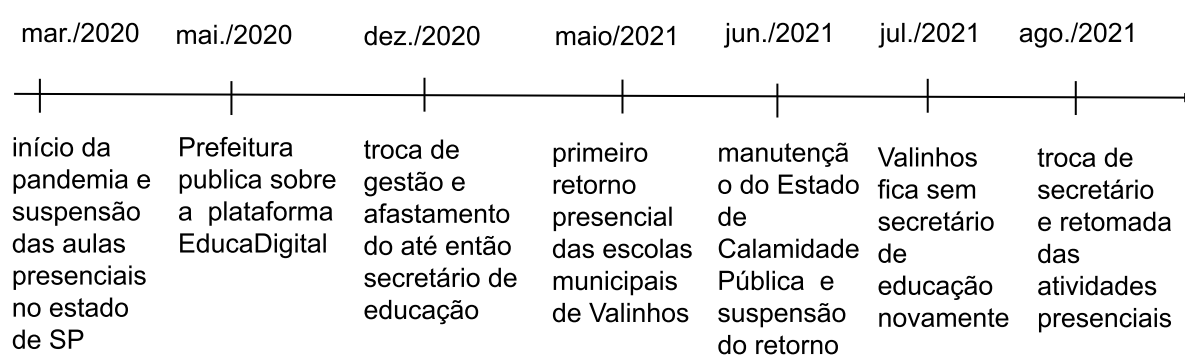
A metodologia seguiu uma abordagem qualitativa, tendo por base: fontes bibliográficas, documentos da política educacional da cidade – decretos e outras normativas sobre a educação de Valinhos no referido período –, além de normativas mais gerais da política educacional sob a pandemia e entrevistas. Estas foram voltadas para compreender a realidade das crianças durante a pandemia, qual atendimento educacional tiveram por parte da prefeitura e quais foram as mobilizações do setor de educação do acampamento durante esse período. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas. Foram entrevistadas 4 mulheres, mães e partícipes do setor de educação do acampamento e 1 professora da rede municipal de Valinhos.

Por meio da análise das entrevistas, foi possível observar que houve uma enorme ausência da prefeitura e falta de diálogo da mesma com a comunidade do acampamento, em meio a um momento tão delicado. Durante as entrevistas com mães e educadoras do acampamento, houveram relatos sobre o atendimento por parte da prefeitura de Valinhos, não só no que diz respeito às atividades escolares para as crianças, mas também à assistência social para as famílias. Ao ouvir as respostas, ficam evidentes as dificuldades agravadas pelo contexto da pandemia e a falta de diálogo da prefeitura com a comunidade do acampamento. Afinal, boa

parte das famílias foram prejudicadas pelo aumento do desemprego e pelo risco do despejo, o que também refletiu no atendimento educacional, uma vez que a condição das famílias interfere diretamente no processo escolar das crianças.

A partir de informações coletadas em algumas conversas feitas com pessoas atuantes no município e também através dos decretos, foi elaborada uma organização cronológica dos principais fatos para compreender como o atendimento escolar na cidade de Valinhos foi impactado por fatores decorrentes da administração municipal, bem como de aspectos relacionados à pandemia, para compreender o andamento e as decisões tomadas a respeito da educação no município durante a pandemia.

Figura 1: Cronologia de fatos da educação na cidade de Valinhos, sob a pandemia.



Fonte: elaboração própria.

É importante enfatizar que Valinhos ficou sem secretário da educação em dois momentos durante a pandemia. No primeiro, em novembro de 2020, o secretário de educação foi internado em decorrência da contaminação pela Covid-19 e sua substituição se deu interinamente pelo coordenador que, por seu caráter provisório, não lhe foi atribuído o poder de tomar decisões. O secretário só recebeu alta em abril de 2021.

No segundo momento, em julho de 2021, a responsável pela pasta da educação assumiu o cargo de Chefe de Gabinete do governo. A ausência de secretário de educação em boa parte do período, a instabilidade e a descontinuidade na gestão contribuíram para determinar as precariedades e as inconsistências nos serviços educacionais oferecidos pelo município, principalmente no que diz respeito à assistência em relação à comunidade do acampamento, o que

se torna ainda mais grave num momento de crise, em que a escola se tornou um ambiente para além do atendimento educacional.

Com base nos decretos analisados, destaca-se que o primeiro retorno ocorreu apenas em maio de 2021, através do Decreto nº 10800. Ou seja, as escolas municipais ficaram mais de um ano sem previsão de retorno e com isso, as crianças e suas famílias foram deixadas sem amparo. O Decreto nº 10694 diz sobre a implementação do ensino remoto no município que se deu através de uma única plataforma digital, a qual obteve baixa adesão por parte da população, mesmo assim foi a única disponibilizada pela prefeitura durante todo este período. Sendo assim, é possível concluir que não foram consideradas as especificidades de uma parte da população, como é o caso daquela que vive no campo.

Porém, dentro deste cenário e, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, o próprio setor de educação do acampamento foi responsável por responder a essa ausência da prefeitura, se mobilizando para conseguir alternativas para as crianças. Desde o primeiro momento, as educadoras deram continuidade às cirandas infantis, que constituíram uma estratégia fundamental, pois proporcionaram a convivência social das crianças do território em tempos de isolamento e permitiram o diagnóstico do problema, já que puderam ser evidenciadas as dificuldades de aprendizado. Num segundo momento, essa organização possibilitou o acesso às atividades impressas fornecidas pela escola, bem como foram as mulheres do setor de educação que ampararam as crianças para a realização das tarefas que não contaram com um acompanhamento escolar.

A mobilização realizada pelo setor de educação, além de assumir um papel que deveria ser do Estado, evidencia que o fato das crianças pertencerem a uma organização política como o MST que, historicamente, luta pelo direito à educação e à escola, foi decisiva na reação do acampamento aos impactos da pandemia sobre o atendimento escolar, garantindo uma rede de apoio às crianças Sem Terra, que neste momento encontram-se ainda mais afastadas da escola.

Referências bibliográficas

- Bezerra Neto, L. (2003). *Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil*. (Tese de Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Blengini, A. P.; Rodrigues, F. C. (2021). *A educação básica sob o ensino remoto na*

pandemia aprofundamento das desigualdades educacionais e reconfiguração do “fracasso escolar”? In: ORG & DEMO, n. 22, vol. 22, 2021.

Caldart, Roseli. *Educação do Campo: notas para uma análise de percurso*. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar/jun. 2009.

Del Passo, M. F.; Rodrigues, F. C. (2022). *Formação política no MST: reflexões sobre as repercussões da crise hídrica na luta pela terra*. In: NOVAES, H. T. (org.) *Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina*. Marília: Oficina Universitária.

Evangelista; Souza. (2020). *Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador*. Recuperado de: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>

Freitas, Fábio Accardo de. (2018). *Os pequenos sujeitos da luta pela terra: educação infantil popular na ciranda infantil do MST*. Campinas: Temáticas.

Freitas, H; Molina, M. *Avanços e desafios na construção da Educação do Campo*. Educação do Campo, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17 - 31 , abril de 2011.

IPEA. (2021). Texto para discussão. *Educação no meio rural: diferenças entre o rural e o urbano*. Recuperado de: [td_2632.pdf \(ipea.gov.br\)](https://www.ipea.gov.br/pt-br/publicacoes/textos-para-discussao/2632)

Paludeto, M; Rodrigues, F. *MST: Trabalho e Educação nos desafios da questão agrária no Brasil contemporâneo*. In: DAL RI, Neusa Maria et al. *Educação Democrática, Trabalho e Organização Produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*, Marília: Editora Lutas Anticapital, 2019, p. 89-115.

Saviani, D.; Galvão, A. C. *Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto*. In: *Universidade e Sociedade*, 2021, n. 67.

Silva, Daniele. (2022). *Marielle Vive: lutando por direitos*. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Recuperado de: https://issuu.com/danielesilva687/docs/livreto_03

Stencel, Letícia. (2022). *Vivências de professoras/es de escolas em áreas rurais no contexto da pandemia de COVID-19*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.